

A adoção da Governança Corporativa pelas Pequenas e Médias Empresas localizadas no APL de confecções de Pernambuco e sua influência na Captação de recursos externos.

1. INTRODUÇÃO

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (GC) (IBGC, 2015, p. 20), principal referência nacional, define a GC como um “sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas”.

O IBGC lançou, no ano de 2014, o Caderno de Boas Práticas de Governança Corporativa para empresas de Capital Fechado. A empresa que adota as práticas de governança reforça também a confiança dos financiadores e facilita o acesso a recursos financeiros, além de desfrutarem positivamente sua marca, imagem e outros intangíveis empresariais, produzindo valor em longo prazo à organização. Embora trate-se de um manual endereçado às sociedades limitadas, com as devidas alterações e adaptações, pode ser um guia também para as PMEs.

As pequenas e as médias empresas (PMEs) desempenham um papel expressivo nas economias globais (MARTINEZ; SCHERGER & GUERCIO, 2019). Elas também são consideradas um dos pilares da economia brasileira, pois predominam com 89,9% das empresas formais (SEBRAE, 2021). Embora sejam parte significativa na malha empresarial e econômica, as PMEs enfrentam vários desafios e um dos mais significativos refere-se a dificuldade de acesso ao financiamento e ao crédito externo (LU, WU, PENG & LU, 2020), sendo a ausência de informações elemento central (MAHLAWAT & BATRA, 2020), exigindo transparência de informações, princípio da governança.

Atanasova, Gatev e Shapiro (2016) pesquisaram as pequenas empresas listadas no Canadá. Os resultados apontaram evidências que quando há restrições de capacidade de endividamento, os aprimoramentos da governança corporativa servem como um mecanismo que permite o acesso ao financiamento de capital.

A partir disso, acredita-se que a aplicação de princípios de boa governança, a exemplo de práticas contábeis adequadas, divulgação adequada de informações, presença de um conselho, tornando a empresa mais transparente e administrada adequadamente, provavelmente aumentaria a confiança das instituições financeiras na empresa, reduziria os problemas associados à assimetria de informações e tornaria as PMEs mais propensas a captar recursos. Desta forma, este estudo tem como pergunta de pesquisa: **“Quais os mecanismos de governança corporativa são adotados pelas pequenas e médias empresas localizadas nas principais cidades que formam o APL de confecções na captação de recursos externos?”** Portanto, apresenta como objetivo identificar os mecanismos de governança corporativa adotados pelas pequenas e médias empresas localizadas nas principais cidades que formam o APL de confecções na captação de recursos externos.

Diante do exposto há várias razões pelas quais os estudos sobre a governança e seu impacto no âmbito das PMEs são importantes. Em primeiro lugar, o financiamento de pequenas e médias empresas, pois estudos anteriores documentaram a dificuldade de acesso a recursos financeiros, especialmente de longo prazo (MARTINEZ; SCHERGER & GUERCIO, 2019). Ademais, estudos sobre a relação entre GC e os determinantes da Estrutura de Capital são limitados em países em desenvolvimento (SEKYI, NUAKO & ATISU, 2024), especialmente em pequenas empresas (HANDLEY & MOLLOY, 2022).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Os problemas de agência são apresentados na literatura concernente aos conflitos de interesse relacionados à realidade das grandes empresas. Entretanto, no âmbito das pequenas empresas, os conflitos podem surgir entre os proprietários e seus credores (PANDA & LEEPSA, 2017). As informações assimétricas estimulam os gestores das PMEs a adotarem comportamentos oportunistas para priorizar seus interesses, o que prejudicará credores e demais partes interessadas (MUTAMIMAH; THOLIB & ROBIYANTO, 2021), devido à falta de transparência e disponibilidade de informações.

A maior transparência poderia ser um meio de reduzir os problemas da agência, pois quando os proprietários divulgam mais informações sobre seus negócios, os credores entendem que a empresa presa pela transparência e, assim, podem desfrutar também de uma dívida menos onerosa (DUNNE & MCBRAYER, 2019). Caneghem e Campenhout (2012) buscaram analisar o impacto da transparência na estrutura de capital das pequenas e das médias empresas (PMEs) belgas. Os resultados indicaram que tanto a quantidade quanto à qualidade das informações das demonstrações financeiras está positivamente relacionada à alavancagem das PMEs. Quintiliani (2019) também constatou a importância da transparência no acesso aos recursos externos pelas PMEs. A amostra do estudo foi composta por cento e vinte e oito PMEs listadas na AIM Itália, no período de 2014 a 2018. Os resultados sugerem que uma maior transparência financeira permite que as PMEs reduzam as assimetrias de informação e otimizem sua estrutura de capital.

Para além da transparência, outros mecanismos podem ser adotados pelas PMEs. Dentre eles, destaca-se o Conselho de Administração (IBGC, 2009). As pequenas empresas que possuem o modelo único de conselho, devido à centralidade, acabam tendo dificuldades, pois muitas decisões são tomadas de forma intuitiva, não levando em consideração os demonstrativos contábeis e as informações gerenciais (SANTOS; DOROW & BEUREN, 2016). Umrani, Johl e Ibrahim (2015) identificaram nas PMEs que as decisões são tomadas pelo chefe da família, já que possuem características de uma gestão “de cima para baixo”. A maioria das decisões é tomada fora da sala de reuniões, com a participação dos membros da família, pois não existe um conceito formal de conselho de administração.

Diante disso, as pequenas empresas podem desfrutar dos benefícios da formação de um conselho ou da presença de um responsável com habilidades inerentes à função, pois um conselho que funcione bem pode agregar valor ao processo estratégico de tomada de decisão, tornando o processo menos intuitivo (GILS, 2006).

Adicionalmente, outra forma de conselho que poderia ser utilizada pelas PMEs, seria a contratação de uma consultoria especializada. Ralio e Donadone (2015) relatam a atuação do Sebrae no fortalecimento das PMEs, oferecendo serviços de técnicas de gestão e de treinamento, por um valor mais acessível que empresas de consultoria do mercado. No entanto, os autores citam que, enquanto 72% das grandes empresas privadas (com mais de 500 funcionários) contrataram assessoria de gestão, apenas 33% das MPEs o fizeram, no período analisado de 2 (dois) anos.

Por fim, as pesquisas apresentadas a seguir reforçam a relevância e impacto da governança no âmbito das pequenas empresas. A pesquisa de Tetteh *et al* (2022), por meio de questionário, em 200 pequenas empresas em Gana, indica que a interação entre governança e decisões de financiamento fortalece a relação com o desempenho. Observaram também que práticas adequadas de governança podem levar a menores custos de capital na obtenção de dívida externa e contribuem para o desempenho e a sustentabilidade das pequenas empresas. A pesquisa desenvolvida por Singh e Pillai (2021), por meio de uma revisão da literatura, entre 1990 a 2020, mostram que a governança corporativa proporciona benefícios tangíveis e intangíveis às PMEs, porém é necessária uma concepção de mecanismos adaptados a realidade dessas empresas. Ademais, observou-se uma relação bidirecional entre a governança

corporativa e a estrutura de capital das empresas, tendo o conselho como um dos principais mecanismos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa segue uma lógica fundamentada em uma visão objetivista, de cunho quantitativo. Ademais, em alusão ao objetivo, a pesquisa é de cunho descritiva.

A amostra da pesquisa foi composta pelas PMEs cadastradas na Receita Federal do Brasil pertencentes às cidades de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, que compõem o APL de confecções do Agreste de Pernambuco. Foram visitadas 382 empresas, das quais 102 aceitaram participar da pesquisa (26,7% do total de empresas visitadas), devido a resistência dos proprietários em fornecer as informações solicitadas. Ademais, a amostra também foi composta por gerentes de bancos localizados em Caruaru, com a finalidade de identificar os principais mecanismos que influenciam na captação de recursos. O total de agências na cidade é de 17, sendo que apenas 11 aceitaram participar, totalizando 26 gerentes que administram contas de Pessoa Jurídica.

Neste estudo, os dados foram de fonte primária, coletados por meio de questionário estruturado, dividido em 2 seções, as informações sociais das PMEs e dos bancos e a importância e adoção dos mecanismos de governança divididos em: transparência, prestação de contas e conselho. Após a construção do questionário, o instrumento foi submetido à avaliação de dois doutores e professores do ensino superior na área de Administração e por 4 doutorandos das áreas de Administração e Contabilidade. O questionário passou por um pré-teste com 4 pequenas empresas e 2 gerentes de banco.

Para atingir o objetivo principal deste estudo, os dados coletados foram tabulados e tratados no *Excel* e analisados por meio dos *softwares Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS – 21), mediante estatística descritiva e inferencial.

Para analisar a adoção das práticas de governança, utilizou-se uma Análise Fatorial Exploratória (AFE), técnica estatística que estuda a correlação entre muitas variáveis, permitindo a redução de dados, ao identificar as variáveis mais representativas ou criando um conjunto de variáveis, bem menor que o original (HAIR, 2009).

Inicialmente buscou-se identificar e atender os pressupostos da AF. Hair (2009) indicaram que dificilmente conseguiu-se realizar uma AF com uma amostra menor do que 50 observações. Os autores ainda fazem as seguintes recomendações: como regra geral, ter pelo menos cinco vezes mais observações do que o número de variáveis analisadas. A amostra total foi composta por 102 empresas, entretanto, foram 70 empresas que adquiriram recursos bancários e 32 nunca solicitaram financiamento. Por isso, as 70 formaram a amostra das empresas que responderam sobre todas as assertivas de governança, atendendo assim a orientação do quantitativo mínimo de 50 observações. Já com relação as 5 observações para cada variável, devido à extrema dificuldade em conseguir empresas para responder os questionários, não foi atendido. Mas, para sanar esse problema, executou-se a AF com o propósito de considerar apenas as variáveis com comunalidade $> 0,60$ (HAIR, 2009) que resultou em um total de 22 assertivas. Após todas as variáveis apresentarem cargas acima de 0,60, foi realizado o teste de confiabilidade dos dados *alfa de Cronbach* (HAIR, 2009), que apresentou valor de 0,918, ou seja, demonstrou uma consistência interna muito boa.

O resultado do teste de KMO apresentou um valor de 0,770, evidenciando um bom grau de explicação das assertivas a partir dos fatores encontrados na AF. Observou-se também que o teste de esfericidade de *Bartlett*, cujo resultado encontrado foi 253,507, indica ao nível de significância estatística de 5% (sig.<0,05), que existem correlações suficientes entre as assertivas na aplicação da AF.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentadas as questões acerca do perfil dos entrevistados e das empresas pesquisadas. A partir dos dados coletados foi detectado que a maioria dos respondentes, com um total de 75,5%, foram caracterizados como proprietários.

Foi traçado o perfil dos gestores das PMEs, sendo identificado tais atributos em sua maioria: proprietários (75,5%), homens (61,8%), com média de idade de 37,5 anos, ingressantes no ensino superior (48,5%), na área de Administração (48,98%), com tempo médio de experiência em gerenciar negócios de 13,61 anos. Esses gestores administram empresas com tempo médio de atuação no mercado de pouco mais de 13 anos, do segmento de confecções (79,4%), com média de 13 trabalhadores e localizadas nas cidades de Caruaru (47%) e Santa Cruz do Capibaribe (46%). Ademais, são caracterizadas como pequenas empresas (92%), com propriedade centralizada no fundador, ou seja, 63,72% possuem 100% do capital controlado por uma única pessoa, essa concentração se reforça na administração do negócio, especialmente a área financeira, administrada, em sua maioria, pelos proprietários (81,37%).

Em relação ao tempo que essas empresas estão inseridas no mercado, os resultados encontrados mostraram que a maioria das empresas pesquisadas (70,6%) conseguiram sobreviver ao período de pelo menos 5 anos, relatado como crucial (IBGE, 2019).

4.2 Resultados da Análise Fatorial para a Governança nas Pequenas Empresa

Esta seção apresenta os resultados que a Análise Fatorial (AF) gerou para o grupo de assertivas sobre a transparência, a prestação de contas e o conselho administrativo/familiar, mecanismos referentes à governança adotada pelas empresas pesquisadas. Na análise fatorial executada houve a divisão dos 3 mecanismos de governança em 5 fatores, agrupando ao todo 22 assertivas.

O construto transparência foi dividido em 2 fatores e nomeados como: divulgação e seriedade. Destaca-se que todos as assertivas alcançaram cargas fatoriais satisfatórias, já que de acordo com Hair *et al.* (2009) as cargas fatoriais superiores a 0,30 são significativas. Os dois fatores concentraram 42,28% da variância explicada, cujos percentuais são: 15,97% e 10,83%, respectivamente.

As assertivas agrupadas no fator divulgação, de forma geral, estão relacionadas ao risco das empresas e englobou as questões: T4) O risco atrelado do negócio, T5) Outras dívidas que a empresa possui, T6) Informações sobre mudanças no negócio, T8) Informações além das exigidas pelos bancos, T10) Informações corretas sobre a destinação do empréstimo e T11) Informações das intenções futuras do negócio. As pequenas empresas estão mais expostas a um maior risco financeiro e, por isso, identificar o risco e mensurá-lo permite aos credores mitigar suas consequências.

Ademais, embora as pequenas empresas não sejam obrigadas a divulgar ou disponibilizarem informações além das solicitadas, os gestores dos bancos apontaram que essa prática poderia facilitar o acesso a capital bancário.

O outro fator ainda relacionado à transparência foi nomeado de Seriedade e agrupou as seguintes assertivas: T1) Informações precisas do negócio, T2) Informações completas do negócio, T7) Todas as informações necessárias e T12) Informações verdadeiras sobre o meu negócio. Esse fator busca agregar as informações que descrevem o negócio de forma holística, completa e verídica. A transparência tem como norte assegurar o acesso às informações relevantes sobre a gestão e o desempenho das organizações. Caneghem e Campenhout (2012) indicaram que tanto a quantidade quanto à qualidade das informações das demonstrações financeiras está positivamente relacionada à alavancagem das PMEs.

Já o construto sobre prestação de contas também foi dividido em 2 fatores e nomeados

como: relatórios basilares e relatórios extras. Todas as assertivas também alcançaram cargas fatoriais satisfatórias e os dois fatores concentraram 38,48% da variância explicada, cujos percentuais são: 13,94% e 10,45%, respectivamente.

As assertivas agrupadas no fator relatórios basilares é composto pelas seguintes variáveis: PC2) planejamento financeiro anual, PC3) balanço patrimonial, PC4) a demonstração dos resultados, PC9) as projeções das demonstrações contábeis e PC10) a situação econômico-financeira da empresa. O outro fator que também está relacionado à prestação de contas e foi denominado de relatórios extras é composto pelas seguintes assertivas: PC6) Um plano para enfrentar as ameaças do ambiente, PC7) A gestão de crédito concedida aos clientes e PC8) A gestão de crédito concedida pelos fornecedores.

Os relatórios são meios de diminuir a assimetria de informação, pois proporcionam uma maior transparência financeira e podendo otimizar sua estrutura de capital (Quintiliani, 2019).

Por fim, o fator relacionado ao conselho. As assertivas relacionadas a esse mecanismo ficaram todas agrupadas em um único fator: C1) conselho para a tomada das decisões mais importantes, C2) conselho com habilidades acadêmicas e técnicas, C3) membros com habilidades sobre o futuro da empresa e C4) membros do conselho com experiência no mercado.

O modelo gerado pela AF, para as assertivas que tratam da governança corporativa, conseguiu explicar aproximadamente 64% (variância total acumulada) dos dados originais, indicando assim uma boa estrutura de relacionamento entre as 22 assertivas do grupo, distribuídas em 5 fatores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo identificar os mecanismos de governança corporativa adotados pelas pequenas e médias empresas localizadas nas principais cidades que formam o APL de confecções na captação de recursos externos.

Os resultados encontrados no modelo gerado pela Análise Fatorial conseguiu explicar aproximadamente 64% (variância total acumulada) dos dados originais, indicando assim uma boa estrutura de relacionamento entre as 22 assertivas do grupo. Os resultados também demonstraram indícios da adoção das práticas de governança pelas pequenas e médias empresas, especialmente quando buscam financiamento externo, pois se mostraram relevantes na ótica dos gestores bancários.

Entretanto, importa salientar que a introdução da governança no âmbito das empresas de pequeno porte é um compromisso voluntário e, mesmo assim, já se percebe-se um avanço. Tradicionalmente, espera-se que os administradores de empresas menores, devido à centralidade, se concentrem nas questões e desafios do dia-a-dia de suas empresas, como maneira de garantir a perenidade do negócio no mercado, em vez de lidar com questões estratégicas, a exemplo da adoção da governança.

Por fim, entende-se que mesmo diante de limitações, a compreensão e a implementação da governança no âmbito das pequenas empresas é crucial para o seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ATANASOVA, C.; GATEV, E.; SHAPIRO, D. "The corporate governance and financing of small-cap firms in Canada". **Managerial Finance**, v. 42, n. 3, p.244-269, 2016.
- CANEGHEM, T. V.; CAMPENHOUT, G. V. Quantity and quality of information and SME financial structure. **Small Business Economics**, v. 39, n. 2, p. 341-358, 2012.
- DUNNE, T. C., MCBRAYER, G. A. In the interest of small business' cost of debt: A matter of CSR disclosure. **Journal of Small Business Strategy**, v.29, n.2, p.58-71, 2019.

GILS, A. V. Management and Governance in Dutch SMEs. **European Management Journal**, v. 23, n.5, p. 583-589, 2005.

HAIR, J. F. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HANDLEY, K & MOLLOY, C. SME Corporate Governance: A Literature Review of Informal Mechanisms for Governance, **Meditari Accountancy Research**, v.30, n. 7, p. 310-333, 2022.

IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (2014). **Caderno de Boas Práticas de Governança Corporativa Para Empresas de Capital Fechado: um guia para sociedades limitadas e sociedades por ações fechadas**. São Paulo.

_____, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (2009). **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 4. ed. São Paulo, IBGC.

IBGE. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2019: Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3097/tcmb_2019.pdf>. Acesso em: 10 jan de 2021.

LU, Y.; WU, J.; PENG, J.; LU, L. The perceived impact of the Covid-19 epidemic: evidence from a sample of 4807 SMEs in Sichuan Province, China. **Environmental Hazards**, v. 19, n. 4, p. 323-340, 2020.

MAHLAWAT, S.; BATRA, V. Analytical study on role of MSME financing in development of economy. **International Journal of Advanced Science and Technology**, v. 29, n. 3, p. 513-521, 2020.

MARTINEZ, L.B.; SCHERGER, V.; GUERCIO, M. B. "SMEs capital structure: trade-off or pecking order theory: a systematic review", **Journal of Small Business and Enterprise Development**, v. 26, n. 1, p.105-132, 2019.

MUTAMIMAH, M., THOLIB, M., ROBIYANTO, R. Corporate governance, credit risk, and financial literacy for Small Medium Enterprise in Indonesia. **Business: Theory and Practice**, n.22, v. 2, p.406-413, 2021.

PANDA; B.; LEEPSA, N. M. Agency theory: Review of Theory and Evidence on Problems and Perspectives. **Indian Journal of Corporate Governance**, v. 10, n.1, p. 74-95, 2017.

QUINTILIANI, A. Impact of Financial Transparency on SMEs' Value. **Journal of Applied Finance & Banking**, v.9, n.6, p. 285-300, 2019.

RALIO, V. R. Z.; DONADONE, J. C. Estudo sobre o histórico de atuação do SEBRAE na consultoria para micro e pequenas empresas brasileiras. **Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, v.10, n. 2, p. 33-47, 2015.

SANTOS, V.; DOROW, D. R.; BEUREN, I. M. Práticas gerenciais de micro e pequenas empresas. **Revista Ambiente Contábil**, v. 8, n. 1, p. 153-186, 2016.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Total de empresas brasileiras**. (2021). Disponível em: <https://datasebrae.com.br/totaldeempresas/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SEKYI, E. K. A., NUAKO, N., & ATISU, L. K. K. Corporate governance determinants of capital structure: Evidence from manufacturing firms on the Ghana Stock Exchange. **Corporate Ownership & Control**, n. 21, v. 3, p. 8–19, 2024.

SINGH, K & PILLAI, D. Corporate governance in small and medium enterprises: a review. **Corporate governance**, v. 22, n. 1, p. 23-41, 2021.

TETTEH, L. A. & KWARTENG, A. The effect of small business financing decision on business performance in Ghana: the moderated mediation role of corporate governance system. **International Journal of Ethics and Systems**, v. 39, n. 2, p. 264-285, 2022.

UMRANI, A. I.; JOHL, S. K.; IBRAHIM, M. Y. Corporate Governance Practices and Problems Faced By SMEs in Malaysia. **Global Business and Management Research: An International Journal**, v. 7, n. 2, p. 71-77, 2015.